INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BIBLIOTECA
IRI-USP

Sumário

Artigos e Comentários

9 **Rio+20: uma agenda equilibrada, consistente e ambiciosa para o desenvolvimento sustentável**
André Aranha Corrêa do Lago

A Rio+20 foi, antes de qualquer coisa, uma conferência essencialmente diplomática, que complementou processo iniciado em 1972 com a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Vinte anos depois, ocorreu a Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), seguida, em 2002, pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo. A Rio+20, portanto, pertence a um tipo de reunião que só tem ocorrido a cada dez ou vinte anos, o que é muito diferente, por exemplo, de conferências como a de Copenhague (COP 15, 2009), Cancun (COP 16, 2010) e Durban (COP 17, 2011), convocadas anualmente no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. É primordial compreender que os principais objetivos da Rio+20 são de longo prazo e que seus resultados não pretendem apenas cobrir a agenda de um ano, até a conferência seguinte. Enquanto os trabalhos das COPs do clima se limitam aos avanços no contexto de apenas uma das Convenções da ONU – ainda que seja, hoje, certamente, a mais importante negociação multilateral –, as decisões de Estocolmo, Rio e Joanesburgo têm impacto muito mais abrangente e direto sobre as mais diversas agências e estruturas das Nações Unidas.

17 **Estocolmo+40 Rio+20 – Guia básico**
Luiz Filipe de Macedo Soares

O autor, que teve, como diplomata, participação importante na Conferência de Estocolmo, em 1972, e foi secretário-executivo da Comissão Interministerial que coordenou a preparação da Conferência do Rio, em 1992, analisa a evolução do debate e das decisões na esfera do meio ambiente e das questões relacionadas com desenvolvimento sustentável nos últimos 40 anos, até a Rio+20. A lista de decisões e documentos aprovados nos últimos 20 anos dá ideia da intensidade e da amplitude que tomou esse ramo novo das relações internacionais. "Dirão os céticos e os idealistas que nada disso vale grande coisa e que nada mudou. Será verdade que nada mudou? É certo que mudou menos do que queríamos e teria sido pior se não tivesse havido tantas reuniões e papéis nas duas décadas que passaram". Sobre a Rio+20,

conclui: uma análise detida dos muitos parágrafos do documento principal da Conferência mostra que há frases e palavras novas, talvez não muitas. "O conjunto não corresponde ao que cada um desejava, mas é o que todos puderam aceitar. Como não podia deixar de ser, o tempo curto e a falta de disposição dos países ricos determinaram um retrocesso".

25 Rio+20: um passo adiante e dois para trás
José Eli da Veiga

O artigo compara o documento da Rio+20 "O Futuro que Queremos" às decisões formais das três anteriores megaconferências – Joanesburgo 2002, Rio 1992 e Estocolmo 1972 – a fim de compreender a dinâmica das políticas globais de desenvolvimento sustentável. Contingências situacionais são sujeitas a uma análise de 40 anos de longas negociações multilaterais, que recentemente começou a fortalecer a "economia verde" como o motor do desenvolvimento sustentável. Juntas, evidências imediatas e de longo prazo levam a uma interpretação que descreve uma hipótese teórica evolutiva para explicar por que, neste caso, o *slogan* "um passo à frente, dois para trás" não constitui um paradoxo.

41 Futuro da Rio+20 está no campo das promessas
Daniela Chiaretti

Enquanto a Rio-92 fechou duas convenções e amarrou uma terceira, a Rio+20 sinalizou apenas com uma agenda. Essa seria a grande diferença entre as duas megaconferências: a anterior amarrou os países em compromissos obrigatórios, a Rio+20 foi um exercício global voluntário. "O Futuro que Queremos" é um documento político, sem força legal. Era onde se esperava que a Rio+20 chegasse, por isso é bobagem dizer que o encontro fracassou. A conferência cumpriu sua missão. O problema é que ninguém esperava mesmo muito dela. Agora, as atenções se voltam para 2015, uma espécie de data-mágica para as questões de desenvolvimento sustentável do planeta. É quando se espera um novo acordo climático internacional, se as negociações nesta área prosseguirem. Também é quando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável terão que decolar, segundo os acertos da Rio+20.

51 Rio+20 e a governança ambiental global
Alcindo Gonçalves

A Rio+20 foi cercada por baixas expectativas sobre seus resultados. Um dos principais temas da Rio+20 foi o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, e havia uma forte proposta, apoiada por 130 países, para transformar o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em uma agência especializada. Essa ideia não foi aceita, e o documento final da conferência, "O Futuro que Queremos", criou um fórum de alto nível para substituir a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e decidiu reforçar e atualizar o PNUMA. Apesar de pobres resultados sobre compromissos obrigatórios ou ações concretas, a Rio +20 pode ser vista como uma ação importante para fortalecer a governança ambiental global. Outro ponto para reafirmar os avanços na governança foi uma participação intensa durante a conferência de ONGs, movimentos de cidadãos, empresas, universidades e associações profissionais.

69 A crise do euro e as reinvenções da Europa
Lourdes Sola

O artigo trata de temas referentes às atuais convulsões por que passa a Europa, em especial a zona do euro, e das possíveis implicações de uma eventual quebra do sistema da moeda única para os processos político e econômico da integração do continente. A crise de 2008-2010 e seus desdobramentos acentuaram as tensões políticas e econômicas que já vinham se acumulando, mas se mantinham parcialmente submersas. A análise dos desequilíbrios estruturais é feita sob o pano de fundo das dificuldades de todos os Estados-membros em abrir mão de parte de sua soberania.

81 O Imperativo do consenso internacional e a crise na Síria
Paulo Sérgio Pinheiro

Para encontrar uma solução para a crise desde os primeiros meses de 2012, o governo de Bashar Al-Assad lançou várias reformas políticas. Esses esforços, contudo, trouxeram pouco progresso dada a escalada da violência e a deterioração significativa da situação. As iniciativas de reforma compreenderam um referendo sobre uma nova Constituição, realizado em 26 de fevereiro, as eleições parlamentares em 7 de maio e a nomeação de um novo governo em 23 de junho. Essas reformas poderiam ter constituído oportunidades para introduzir o pluralismo político. No entanto, não foram suficientemente inclusivas para atender às expectativas da crescente mobilização das oposições dentro do país ou no exílio. Em consequência, o presidente Bashar Al-Assad não conseguiu envolver a oposição em um diálogo significativo. As eleições foram boicotadas pela oposição e o seu resultado preservou a supremacia do partido Ba'ath no Parlamento, bem como no novo governo, deixando de incluir as forças políticas emergentes em instituições de governança, o que fez aumentar o antagonismo com vários segmentos da população e a oposição. O artigo pretende mostrar a evolução da crise, agora num contexto de conflito não internacional armado ou de guerra civil, a situação militar, as violações de direitos humanos, os alinhamentos internacionais em relação à Síria, propostas de solução e perspectivas.

93 Diplomacia comercial no século XXI
Welber Barral
Rubens Gama

O artigo discute diplomacia comercial no século XXI, seus objetivos e definições. A diplomacia comercial pode ser definida como o uso concomitante de ferramentas diplomáticas, de inteligência e de marketing, a fim de obter ganhos na esfera comercial, sejam eles de estímulo às exportações, atração de investimentos externos ou apoio à internacionalização de empresas nacionais. A diplomacia comercial, no que se refere diretamente às áreas-chave para a vida do país hoje – comércio, investimento, turismo, – ganhou relevância crescente e aumentou a sua própria participação no trabalho diplomático. É parte do contexto do processo de globalização, e desempenha um papel importante no comércio internacional e nos fluxos internacionais de investimento.

115 Requisitos de sustentabilidade no comércio internacional de biocombustíveis: barreiras técnicas ou exigências pertinentes?
Daniel Furlan Amaral
Emerson Coraiola Kloss

Este artigo tem como objetivo analisar as recentes exigências de sustentabilidade socioambiental criadas ou em negociação que afetam o incipiente mercado de biocombustíveis. Nos últimos anos, observou-se um crescente interesse por esses produtos, seja por razões de segurança energética, seja por motivações ligadas a políticas de desenvolvimento social e redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em qualquer dos casos, houve forte questionamento quanto aos benefícios e danos causados pelos biocombustíveis ao longo de toda a sua cadeia de produção e consumo e, por essa razão, foram criadas diversas iniciativas internacionais visando a dar uma resposta a essas questões. Algumas delas, inclusive, se propuseram a identificar e criar mecanismos de mitigação desses possíveis efeitos negativos. A forma como isso foi proposto e sua implementação, contudo, geram fortes controvérsias acerca da compatibilidade dessas medidas com compromissos internacionais assumidos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, explorar-se-ão neste artigo as principais iniciativas, tanto no campo governamental quanto privado que tratam do assunto: a Renewable Fuel Standard, do governo dos Estados Unidos, a Renewable Energy Directive, da União Europeia, e o ISO Project Committee 248 – Critérios de Sustentabilidade para Bioenergia, no âmbito privado internacional.

133 Tendências globais para 2030
Roberto Teixeira da Costa

Fazer previsões e definição de cenários possíveis sempre foi um grande desafio para os economistas, sociólogos e filósofos. John Kenneth Galbraith, com seu senso de humor, uma vez disse que "fazer previsões é muito difícil, especialmente sobre o futuro". No entanto, a humanidade está sempre tentando antecipar o que vai acontecer para agir de acordo com as previsões. Recentemente, um grupo de pesquisadores da European Strategy and Policy Analysis System do ISS (European Union Institute of Strategic Studies), do National Intelligence (Washington) e do Atlantic Council produziu o documento "Citizens in an Interconnected and Polycentric World". Esse livro foi discutido no Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo. O autor esteve no seminário, e o artigo que segue traz uma análise dos conceitos básicos do documento e comentários sobre como as tendências globais para 2030 podem afetar o Brasil.

O Mundo na Ficção

141 A vontade e a fortuna
Romance de Carlos Fuentes
Monica Baumgarten de Bolle

Passagens

145 Miguel de la Madrid (1934-2012), um presidente exemplar
Bernardo Sepúlveda Amor

149 Amaury de Souza (1942-2012), intelectual de primeira linha
Bolívar Lamounier

Livros

151 O euro na encruzilhada: terceira etapa da crise do Atlântico Norte

John Gillingham — *Design for a New Europe.*

Robert M. Solow, Daniel S. Hamilton, Editors — *Europe's Economic Crisis: Transatlantoc Perspectives.*

Thilo Sarrazin — *Europa braucht den Euro nicht: Wie uns politisches Wunschdenken in die Krise geführt hat.*

Helga Hoffmann

159 The Myth of American Exceptionalism
Godfrey Hodgson
Alexandre Vidal Porto

Documentos

163 Razão e Emoção Discurso de Aceitação do Prêmio Kluge
Fernando Henrique Cardoso
Washington, DC, 10 de julho de 2012

173 Discurso na cerimônia de recebimento do título de Professor Emérito do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo
Celso Lafer
São Paulo, 15 de agosto de 2012

181 Discurso de recepção de Celso Lafer como Professor Emérito do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo
Fernando Henrique Cardoso
São Paulo, 15 de agosto de 2012

187 O Futuro que Queremos
Declaração do Diálogo de Alto-Nível sobre Sustentabilidade Global
Rio de Janeiro, 17 de junho de 2012

193 Globalização, *Made in the Americas*
Discurso na cerimônia de 30º aniversário do Inter-American Dialogue
Robert Zoellick
Washington, 7 de junho de 2012

Índice Remissivo

201 Guia para consulta dos índices

205 Autores

271 Assuntos

377 Onomástico

419 Geográfico

Correção: O artigo "Ciência pela diplomacia e diplomacia pela ciência", publicado no volume 21, número 1, é de autoria de Michael T. Clegg, secretário de Relações Exteriores da Academia Nacional de Ciência dos EUA e professor da cátedra Donald Bren da Universidade da Califórnia, em Irvine.